PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARISI

CNPJ 59.858.134/0001-90
prefeitura@parisi.sp.gov.br
Rua Aurélio Parizi n.º 232 – centro – Fone (17) 3839-1163 – Fone/Fax (17) 3839-1152 – CEP.15525-037 Parisi – SP

EDITAL n. ° 17/2.026.
PREGÃO ELETRÔNICO n. ° 12/2.026.
PROCESSO LICITATÓRIO n. ° 57/2.026.

CONTRATANTE
Prefeitura do Município de Parisi/SP

OBJETO
Contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos para o município de Parisi/SP.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 2.291.065,30

HORÁRIO/ DATA	ETAPA
16h00m / 20/07/2.026	INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS NO SITE (http://177.39.83.130:8079/comprasedital/)
08h45m / 31/07/2.026	FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS (http://177.39.83.130:8079/comprasedital/)
09h00m / 31/07/2.026	ABERTURA E DISPUTA DE LANCES (http://177.39.83.130:8079/comprasedital/)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor Preço por Item

MODO DE DISPUTA:
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

EDITAL n. ° 17/2.026.

PREGÃO ELETRÔNICO n. ° 12/2.026.

PROCESSO LICITATÓRIO n. ° 57/2.026.

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARISI/SP**, por meio da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPL)**, sediada na Rua Aurélio Parizi, n. º 232, Centro, Parisi/SP, CEP: 15.525-000, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA O MUNICÍPIO DE PARISI/SP**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Municipal, que atuem em atividade econômica compatível com o seu objeto e que satisfaçam as condições exigidas no presente edital, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos, tenham credenciado os seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

2.1.1. O registro no Portal de Compras, **o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso deverão ser obtidos até às 16h00m do último dia útil anterior à data da realização da sessão pública indicada no preâmbulo deste edital**, e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do **PORTAL DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE PARISI.**

2.1.2. O registro no **PORTAL DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE PARISI** é gratuito. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para a inscrição no Cadastro, para o credenciamento de representantes e para a obtenção da chave de acesso e senha estão disponíveis no endereço eletrônico **PORTAL DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE PARISI** no menu **SOLICITAR CHAVE DE ACESSO**.

2.1.2.1. Caso o licitante não receba a **CHAVE DE ACESSO** no e-mail indicado no cadastro, no prazo de 24 (vinte e quatro) contados da solicitação, deverá entrar em contato com o Setor de Licitações no e-mail licitacao@parisi.sp.gov.br, para regularização.

2.1.2.2. Caso a **CHAVE DE ACESSO** seja solicitada no último dia útil anterior à data marcada para a realização da sessão pública, recomenda-se ao licitante, após solicitar a **CHAVE DE ACESSO** por meio do **PORTAL DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE PARISI**, entrar em contato telefônico, imediatamente, com o Setor de Licitações deste Município por meio do número (17) 3839-1163 / (17) 3839-1152.

2.1.2.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.39.1 e 7.41.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar n.º 123, de 2.006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2.021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2.006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2.021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.9.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de ***valor inferior*** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,5% (meio por cento)**.

5.9. Os lances ofertados são fixos e irreajustáveis e deverão ser apresentados com precisão de **02 (duas) casas decimais**.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. O modo de disputa adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO**", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2.006, regulamentada pelo Decreto n.º 8.538, de 2.015.

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno

porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2.021, nesta ordem:

5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2.009.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2.021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n.° 8.429, de 1.992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN n.º 3/2.018, art. 29, *caput*)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN n.º 3/2.018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN n.º 3/2.018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES n.º 73, de 30 de setembro de 2.022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.2. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

7.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2.020.

7.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.9. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1.971.

7.10. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n.º 10.880, de 2 de dezembro de 2.021.

7.11. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2.009 (arts. 17 a 19 e 165).

7.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2.014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.21. Os Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do Proponente. As certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão **não superior a 60 (sessenta) dias**, não se aplicando aos documentos em que a validade já esteja determinada neste Edital.

Qualificação Econômico-Financeira

7.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME n.º 116, de 2.021), ou de sociedade simples;

7.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei n.º 14.133, de 2.021, art. 69, caput, inciso II);

7.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do **último exercício social**, comprovando;

7.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

7.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

7.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

7.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

7.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

7.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

7.28. Registro na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária):

7.28.1. A empresa deve possuir licença de funcionamento válida emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (**ANVISA**).

7.28.2. Registro atualizado junto aos órgãos competentes, comprovando a autorização para comercialização e distribuição de medicamentos.

7.29. Licença de Funcionamento Sanitária:

7.29.1. Alvará Sanitário: A empresa deve possuir um alvará sanitário emitido pela Vigilância Sanitária local, autorizando o funcionamento da empresa e atestando que cumpre as normas sanitárias.

7.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

7.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n.º 5.764, de 1.971;

7.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

7.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

7.30.4. O registro previsto na Lei n.º 5.764, de 1.971, art. 107;

7.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

7.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

7.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n.º 5.764, de 1.971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

7.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.32. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2.016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.33. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.34. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada ou por conferência da cópia com o original por servidor do setor de licitação.

7.35. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei n.º 14.133/2021.

7.36. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei n.º 14.133/2.021).

7.37. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.38. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.39. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.39.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN n.º 3/2.018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.40. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN n.º 3/2.018, art. 7º, *caput*).

7.40.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN n.º 3/2.018, art. 7º, parágrafo único).

7.41. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.41.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, bem como aqueles que não tenham sido previamente anexados na plataforma utilizada para a realização do certame, deverão ser enviados, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo de **30 (trinta) minutos**, contado a partir da solicitação formal do pregoeiro, admitida a prorrogação por igual período, a critério do Agente de Contratação.

7.41.2. Os documentos complementares relacionados à proposta deverão ser enviados, por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, contado a partir da solicitação formal do pregoeiro no sistema, admitida a prorrogação por igual período, a critério do Agente de Contratação. O envio deverá adequar-se ao disposto no art. 38, § 2º, do Decreto Federal nº 10.024/2019, que estabelece que o instrumento convocatório deverá fixar prazo de, no mínimo, **02 (duas) horas** para envio da proposta e dos documentos complementares necessários, adequados ao último lance ofertado.

7.41.3. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES n.º 73, de 30 de setembro de 2.022.*

7.42. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.42.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.42.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.43. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei n.º 14.133/21, art. 64, e IN 73/2.022, art. 39, §4º):

7.43.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.43.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.44. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.45. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.41.1.

7.46. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.47. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto n.º 8.538/2015).

7.48. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. **o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos**.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n.º 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico (http://177.39.83.130:8079/comprasedital/).

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2.021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes* meios: e-mail licitacao@parisi.sp.gov.br ou protocolizadas pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal de Parisi/SP, em caso de indisponibilidade do protocolo eletrônico.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico (http://177.39.83.130:8079/comprasedital/).

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

11.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

11.11.2. ANEXO II – Modelo Proposta de Preços;

11.11.3. ANEXO III – Declarações;

11.11.4. ANEXO IV – Minuta de Contrato;

Parisi/SP, 20 de julho de 2.026.

Oclair Barão Bento
Prefeito Municipal

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos para o município de Parisi/SP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	ACEBROFILINA 25 MG/5ML XAROPE PEDIÁTRICO 120 ML	FR	800	R$ 9,59	R$ 7.672,00
2	ACEBROFILINA 50MG/ 5ML XAROPE 120 ML ADULTO	FR	800	R$ 10,22	R$ 8.176,00
3	ACETATO DE RETINOL (10.000UI/G) AMINOACIDOS (25MG/G) METIONINA (5MG/G) CLORANFENICOL (5MG) POMADADA OFTALMICA C 3,5G	TB	10	R$ 20,99	R$ 209,90
4	ACICLOVIR 200 MG COMPRIMIDO.	CPR	8000	R$ 0,28	R$ 2.240,00
5	ACICLOVIR 50 MG POMADA	TB	600	R$ 3,66	R$ 2.196,00
6	ACIDO ACETIL SALICILICO 100 MG COMP.	CPR	40000	R$ 0,07	R$ 2.800,00
7	ACIDO FÓLICO 5 MG COMP.	CPR	20000	R$ 0,08	R$ 1.600,00
8	ACIDO TRANEXÂMICO 250 MG COMP.	CPR	2000	R$ 2,00	R$ 4.000,00
9	ACIDO TRANEXÂMICO 50 MG/ML AMPOLA	AMP	1400	R$ 6,81	R$ 9.534,00
10	ACIDO VALPROICO 500 MG COMPRIMIDO	CPR	5000	R$ 1,64	R$ 8.200,00
11	ACIDO VALPRÓICO 250MG	CPR	25000	R$ 0,69	R$ 17.250,00
12	ACIDO ZOLEDRÔNICO 5 MG E.V. AMPOLA	AMP	10	R$ 701,10	R$ 7.011,00
13	ADENOSINA 3 MG/ML AMPOLA	AMP	500	R$ 14,15	R$ 7.075,00
14	ADRENALINA/ EPINEFRINA 1 MG/ML AMPOLA	AMP	1300	R$ 1,43	R$ 1.859,00
15	ALBENDAZOL 40 MG/ML FRASCO 10 ML	FR	600	R$ 1,90	R$ 1.140,00
16	ALBENDAZOL 400MG CPR	CPR	2000	R$ 0,91	R$ 1.820,00
17	ALOPURINOL 100 MG COMPRMIDO.	CPR	15000	R$ 0,32	R$ 4.800,00
18	ALOPURINOL 300 MG COMPRIMIDO.	CPR	15000	R$ 0,59	R$ 8.850,00
19	ALPRAZOLAM 0,5 MG COMPRIMIDO.	CPR	8000	R$ 0,87	R$ 6.960,00
20	ALPRAZOLAM 1 MG COMP.	CPR	10000	R$ 0,55	R$ 5.500,00
21	AMBROXOL 15MG/5ML PEDIÁTRICO FRASCO 100 ML	FR	800	R$ 3,12	R$ 2.496,00
22	AMBROXOL 30MG/5ML ADULTO FRASCO 100 ML	FR	800	R$ 3,61	R$ 2.888,00
23	AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLA	AMP	500	R$ 3,50	R$ 1.750,00
24	AMIODARONA 200 MG COMP.	CPR	6000	R$ 0,70	R$ 4.200,00
25	AMIODARONA 50 MG/ML AMPOLA	AMP	600	R$ 3,65	R$ 2.190,00
26	AMOXICICLINA 250MG/5ML FRASCO	FR	1000	R$ 13,03	R$ 13.030,00
27	AMOXICILINA 250 MG+CLAVULANATO POTASSIO 62,5 MG/5 ML FRASCO.	UND	1000	R$ 35,00	R$ 35.000,00
28	AMOXICILINA 500 MG+CLAVULANATO DE POTASSIO 125MG COMP.	CPR	15000	R$ 4,19	R$ 62.850,00
29	AMOXICILINA 500MG COMPRIMIDO	CPR	10000	R$ 0,45	R$ 4.500,00

30	ANESTÉSICO CLORIDRATO DE TETRACAINA 1%+FENILEFRINA 0,1% FRASCO C/10 ML	FR	10	R$ 14,00	R$ 140,00
31	ATENOLOL 50MG COMPRIMIDO	CPR	25000	R$ 0,14	R$ 3.500,00
32	ATROPINA 0,25MG/ML AMPOLA	AMP	500	R$ 2,65	R$ 1.325,00
33	AZITROMICINA 500 MG COMP.	CPR	20000	R$ 0,97	R$ 19.400,00
34	AZITROMICINA DI-HIDRATADA LIQUIDA 200MG/15ML	FR	1000	R$ 10,56	R$ 10.560,00
35	BENZILPINICILINA BENZATINA 1.200.000 UI AMPOLA	AMP	700	R$ 7,32	R$ 5.124,00
36	BESILATO DE ANLODIPINO 05 MG COMPRIMIDO.	CPR	40000	R$ 0,08	R$ 3.200,00
37	BESILATO DE ANLODIPINO 10MG COMPRIMIDO.	CPR	20000	R$ 0,17	R$ 3.400,00
38	BETAISTINA 16 MG COMP.	CPR	10000	R$ 0,49	R$ 4.900,00
39	BETAISTINA 24 MG COMP.	CPR	15000	R$ 0,72	R$ 10.800,00
40	BISACODIL 5MG COMPRIMIDO	CPR	3000	R$ 0,32	R$ 960,00
41	BROMAZEPAM 3 MG COMPRIMIDO.	CPR	10000	R$ 0,32	R$ 3.200,00
42	BROMAZEPAM 6 MG COMPRIMIDO.	CPR	6000	R$ 0,38	R$ 2.280,00
43	BROMETO DE IPATROPIO SOL. P/INALAÇÃO 20 ML	FR	120	R$ 2,10	R$ 252,00
44	BROMOPRIDA 10 MG COMP.	CPR	20000	R$ 0,41	R$ 8.200,00
45	BROMOPRIDA 10MG/ML AMPOLA	AMP	3000	R$ 1,56	R$ 4.680,00
46	BROMOPRIDA 4MG/ML FRASCO	FR	600	R$ 3,56	R$ 2.136,00
47	BUPROPIONA 150 MG COMPRIMIDO.	CPR	25000	R$ 3,79	R$ 94.750,00
48	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10 MG + DIPIRONA 250 MG COMP.	CPR	15000	R$ 0,74	R$ 11.100,00
49	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10 MG COMP.	CPR	10000	R$ 1,00	R$ 10.000,00
50	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG FRASCO	FR	600	R$ 13,58	R$ 8.148,00
51	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG/ML AMPOLA	AMP	600	R$ 2,57	R$ 1.542,00
52	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG/5ML + DIPIRONA 250MG/5ML AMPOLA	AMP	2000	R$ 2,59	R$ 5.180,00
53	CAPTOPRIL 50MG COMPRIMIDO	CPR	8000	R$ 0,07	R$ 560,00
54	CARBAMAZEPINA 200MG COMPR.	CPR	15000	R$ 0,37	R$ 5.550,00
55	CARBAMAZEPINA LÍQUIDA 20MG/ML C/ 100ML	FR	100	R$ 20,66	R$ 2.066,00
56	CARBIDOPA 200 MG + BEZERAZIDA 50 MG COMP.	CPR	2000	R$ 3,57	R$ 7.140,00
57	CARBIDOPA 25MG+ LEVODOPA 250 MG COMP	CPR	1000	R$ 5,10	R$ 5.100,00
58	CARBONATO DE CALCIO (CALCIO ELEMENTAR 500 MG) COMP.	CPR	30000	R$ 0,14	R$ 4.200,00
59	CARBONATO DE LÍTIO COMP 300 MG COMPRIMIDO	CPR	15000	R$ 0,46	R$ 6.900,00
60	CARVEDILOL 12,5 MG COMPRIMIDO.	CPR	20000	R$ 0,19	R$ 3.800,00
61	CARVEDILOL 25MG COMP.	CPR	20000	R$ 0,28	R$ 5.600,00
62	CARVEDILOL 3,125 MG COMP.	CPR	6000	R$ 0,19	R$ 1.140,00
63	CARVEDILOL 6,25 MG COMP.	CPR	10000	R$ 0,15	R$ 1.500,00
64	CEFALEXINA 250MG/5ML FRASCO	FR	800	R$ 17,00	R$ 13.600,00

65	CEFALEXINA 500 MG COMPRIMIDO.	CPR	20000	R$ 1,12	R$ 22.400,00
66	CEFTRIAXONA 1G USO ENDOVENOSO AMPOLA	AMP	4000	R$ 6,05	R$ 24.200,00
67	CEFTRIAXONA 1G USO INTRAMUSCULAR AMPOLA	AMP	4000	R$ 12,52	R$ 50.080,00
68	CETOCONAZOL 20 MG POMADA TUBO C/30G	TB	600	R$ 6,90	R$ 4.140,00
69	CETOCONAZOL 200 MG COMPRIMIDO	CPR	1000	R$ 0,39	R$ 390,00
70	CETOPROFENO 100 MG COMP.	CPR	12000	R$ 1,33	R$ 15.960,00
71	CETOPROFENO 100MG/ML USO E.V. AMPOLA	AMP	3000	R$ 5,51	R$ 16.530,00
72	CETOPROFENO 20MG/ML SOL. ORAL FR GTS 20ML	UN	1000	R$ 5,85	R$ 5.850,00
73	CETOPROFENO 50MG/ML USO I.M. AMPOLA	AMP	3000	R$ 2,09	R$ 6.270,00
74	CICLOBENZAPRINA 5MG	CPR	30000	R$ 0,34	R$ 10.200,00
75	CILOSTAZOL 100 MG COMP.	CPR	5000	R$ 1,20	R$ 6.000,00
76	CIMETIDINA 150MG/ML	AMP	2000	R$ 1,14	R$ 2.280,00
77	CIPROFLOXACINO 500 MG COMP	CPR	20000	R$ 0,33	R$ 6.600,00
78	CITALOPRAM 20 MG COMPRIMIDO.	CPR	18000	R$ 0,31	R$ 5.580,00
79	CITRATO DE FENTANILA 50MCG/ML I.V/I.M	AMP	100	R$ 11,40	R$ 1.140,00
80	CLARITROMICINA 500MG COMPRIMIDO	CPR	6000	R$ 5,25	R$ 31.500,00
81	CLINDAMICINA 300 MG COMPRIMIDO	CPR	8000	R$ 2,08	R$ 16.640,00
82	CLONAZEPAM 2 MG COMPRIMIDO	UN	50000	R$ 0,09	R$ 4.500,00
83	CLOPIDOGREL 75MG COMPRIMIDO	CPR	6000	R$ 0,71	R$ 4.260,00
84	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1 % AMPOLA C/10 ML	AMP	300	R$ 0,86	R$ 258,00
85	CLORETO DE SODIO 20% AMPOLA C/10 ML	CPR	300	R$ 0,88	R$ 264,00
86	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25MG COMPRIMIDO	CPR	40000	R$ 0,15	R$ 6.000,00
87	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2 MG COMPRIMIDO	CPR	10000	R$ 1,89	R$ 18.900,00
88	CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA 25MG COMPRIMIDO	CPR	10000	R$ 1,65	R$ 16.500,00
89	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100MG COMPRIMIDO	CPR	10000	R$ 1,27	R$ 12.700,00
90	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 25MG COMPRIMIDO	CPR	3000	R$ 1,16	R$ 3.480,00
91	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 5MG/ML AMPOLA	AMP	100	R$ 5,01	R$ 501,00
92	CLORIDRATO DE IMIPRAMINA 25MG COMPRIMIDO	CPR	15000	R$ 0,86	R$ 12.900,00
93	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% S/ VASO CONSTRITOR 20ML	FR	300	R$ 5,37	R$ 1.611,00
94	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% C/VASO CONSTRITOR (EPINEFRINA) 20ML	FR	200	R$ 5,40	R$ 1.080,00
95	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% POMADA 30G	TB	400	R$ 6,65	R$ 2.660,00
96	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 10MG	CPR	15000	R$ 1,57	R$ 23.550,00
97	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 4 MG/ML FRASCO	FR	200	R$ 1,76	R$ 352,00

98	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMINA 10 MG AMPOLA	AMP	1000	R$ 0,77	R$ 770,00
99	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMINA 10 MG COMP.	CPR	2000	R$ 0,31	R$ 620,00
100	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 2 MG/ML	AMP	4000	R$ 3,01	R$ 12.040,00
101	CLORIDRATO DE OXIBUTININA 5MG COMPRIMIDO	CPR	4000	R$ 1,86	R$ 7.440,00
102	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG COMPRIMIDO	CPR	15000	R$ 0,31	R$ 4.650,00
103	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 50MG /2ML AMPOLA	AMP	400	R$ 4,18	R$ 1.672,00
104	CLORIDRATO DE TETRACAÍNA 1%, CLORIDRATO DE FENILEFRINA 0,1% SOLUÇÃO OFTALMICA ESTÉRIL FRASCO C/10 ML (ANESTÉSICO)	FR	10	R$ 14,50	R$ 145,00
105	CLORIDRATO DE TRAMADOL 100MG/2ML AMPOLA	AMP	2000	R$ 2,81	R$ 5.620,00
106	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG COMPRIMIDO	CPR	20000	R$ 0,44	R$ 8.800,00
107	COBALAMINA CRONOATIVA (VITAMINA B12) AMPOLA	AMP	1000	R$ 8,18	R$ 8.180,00
108	COLAGENASE + CLORANFENICOL POMADA TUBO 30G	TB	600	R$ 15,79	R$ 9.474,00
109	COLECALCIFEROL 2000 UI COMP	CPR	15000	R$ 1,24	R$ 18.600,00
110	DEXAMETASONA 10MG COMP	CPR	6000	R$ 0,61	R$ 3.660,00
111	DEXAMETASONA 10MG/ML AMPOLA	AMP	5000	R$ 2,26	R$ 11.300,00
112	DEXAMETASONA 1MG POMADA TUBO 10 G	TB	1200	R$ 2,71	R$ 3.252,00
113	DEXCLORFENIRAMINA 2 MG COMPRIMIDO	CPR	8000	R$ 0,11	R$ 880,00
114	DEXCLORFENIRAMINA 2 MG XAROPE FRASCO	FR	800	R$ 2,60	R$ 2.080,00
115	DIAZEPAM 10 MG COMPRIMIDO	CPR	15000	R$ 0,23	R$ 3.450,00
116	DIAZEPAM 5MG/ML AMPOLA	AMP	400	R$ 4,59	R$ 1.836,00
117	DICLOFENACO SÓDICO GEL 11,6MG TUBO 50G	UND	500	R$ 6,70	R$ 3.350,00
118	DIMENIDRATO 30MG/ML+CLORIDRATO PIRIDOXINA5MG/ML+GLICOSE 100MG/ML E.V. AMPOLA	AMP	4000	R$ 9,78	R$ 39.120,00
119	DIOSMINA 450 MG+ HESPIRIDINA 50 MG COMP.	CPR	100000	R$ 0,69	R$ 69.000,00
120	DIPIRONA 500 MG COMPRIMIDO	CPR	60000	R$ 0,24	R$ 14.400,00
121	DIPIRONA 500 MG GOTAS	FR	10000	R$ 2,17	R$ 21.700,00
122	DIPIRONA 500MG/ML AMPOLA	AMP	4000	R$ 1,43	R$ 5.720,00
123	DOMPERIDONA 10MG COMP.	CPR	55000	R$ 0,15	R$ 8.250,00
124	DOMPERIDONA 1MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO	FR	400	R$ 19,74	R$ 7.896,00
125	DOPAMINA 5 MG/ML.AMP.10ML	AMP	400	R$ 8,92	R$ 3.568,00
126	ECASIL 81MCG COMPRIMIDO	CPR	15000	R$ 0,82	R$ 12.300,00
127	ENALAPRIL 20 MG COMPIRMIDO	CPR	55000	R$ 0,15	R$ 8.250,00
128	ENALAPRIL 5 MG COMPRIMIDO	CPR	6000	R$ 0,19	R$ 1.140,00
129	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG/0,4 ML AMPOLA USO SUBCUTANEO/INTRAVENOSO	UND	7000	R$ 17,39	R$ 121.730,00

130	ESCITALOPRAM 10MG COMPR.	CPR	60000	R$ 0,35	R$ 21.000,00
131	ESPIRONOLACTONA 25MG COMP	CPR	30000	R$ 0,37	R$ 11.100,00
132	ETOMIDATO 2MG/ML AMPOLA	AMP	100	R$ 25,69	R$ 2.569,00
133	FENITOINA 50MG /ML INJETÁVEL AMPOLA	AMP	200	R$ 7,18	R$ 1.436,00
134	FENITOINA 100MG COMPRIMIDO	CPR	8000	R$ 0,37	R$ 2.960,00
135	FENOBARBITAL 100MG COMPRIMIDO	CPR	5000	R$ 0,35	R$ 1.750,00
136	FENOBARBITAL 100MG/2ML AMPOLA	AMP	200	R$ 5,16	R$ 1.032,00
137	FITOMENADIONA 10 MG/ML	AMP	400	R$ 3,27	R$ 1.308,00
138	FLEET ENEMA 130 ML	FR	500	R$ 10,05	R$ 5.025,00
139	FLUCONAZOL 150 MG COMP.	CPR	2000	R$ 1,22	R$ 2.440,00
140	FLUMAZENIL 0,1MG/ML AMPOLA	AMP	400	R$ 5,45	R$ 2.180,00
141	FLUNARIZINA 10MG	CPR	15000	R$ 1,06	R$ 15.900,00
142	FLUOXETINA 20 MG COMPRIMIDO	CPR	20000	R$ 0,24	R$ 4.800,00
143	FRUTOSE + VITAMINAS 10 ML AMPOLA	AMP	4000	R$ 9,28	R$ 37.120,00
144	FUROSEMIDA 10MG AMPOLA	AMP	700	R$ 1,76	R$ 1.232,00
145	FUROSEMIDA 40 MG COMPRIMIDO	CPR	20000	R$ 0,11	R$ 2.200,00
146	GENTAMICINA 80 MG AMPOLA	AMP	1500	R$ 1,95	R$ 2.925,00
147	GLICAZIDA 30MG COMPRIMIDO	CPR	60000	R$ 0,29	R$ 17.400,00
148	GLICONATO DE CALCIO 10%	AMP	60	R$ 2,81	R$ 168,60
149	HALOPERIDOL 5 MG COMPRIMIDO	CPR	6000	R$ 0,55	R$ 3.300,00
150	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA	AMP	150	R$ 7,97	R$ 1.195,50
151	HALOPERIDOL DECANOATO 72,5MG/ML AMPOLA	AMP	200	R$ 20,20	R$ 4.040,00
152	HIDROCORTIZONA 100MG/ML AMPOLA	AMP	3000	R$ 4,25	R$ 12.750,00
153	HIDROCORTIZONA 500MG/ML AMPOLA	AMP	3000	R$ 7,16	R$ 21.480,00
154	HIDROXIDO DE ALUMINIO SUSP.	FR	800	R$ 4,80	R$ 3.840,00
155	IBUPROFENO 100MG/ML FRASCO	FR	5000	R$ 2,92	R$ 14.600,00
156	IBUPROFENO 300 MG COMPRIMIDO	CPR	15000	R$ 0,36	R$ 5.400,00
157	IBUPROFENO 600 MG COMP	CPR	15000	R$ 0,37	R$ 5.550,00
158	ISOSSORBIDA 20 MG COMPRIMIDO	CPR	10000	R$ 0,27	R$ 2.700,00
159	ISOSSORBIDA 5 MG COMP. SUBLINGUAL	CPR	300	R$ 0,50	R$ 150,00
160	ITRACONAZOL 100MG	CPR	1000	R$ 3,22	R$ 3.220,00
161	IVERMECTINA 6MG COMPRIMIDO	CPR	1000	R$ 1,17	R$ 1.170,00
162	LEVODOPA 200MG + BENSERAZIDA 50MG (PROLOPA) COMP	CPR	3000	R$ 3,63	R$ 10.890,00
163	LEVOTIROXINA 100 MCG COMP	CPR	15000	R$ 0,41	R$ 6.150,00
164	LEVOTIROXINA 150 MCG COMP	CPR	4000	R$ 0,61	R$ 2.440,00
165	LEVOTIROXINA 25 MCG COMP	CPR	20000	R$ 0,38	R$ 7.600,00
166	LEVOTIROXINA 50 MCG COMP	CPR	20000	R$ 0,38	R$ 7.600,00
167	LEVOTIROXINA 75 MCG COMP	CPR	20000	R$ 0,56	R$ 11.200,00
168	LEVOTIROXINA 88 MCG COMP	CPR	10000	R$ 0,82	R$ 8.200,00
169	LORATADINA 1 MG/ML FRASCO	FR	3000	R$ 6,11	R$ 18.330,00

170	LORATADINA 10MG COMP.	CPR	25000	R$ 0,20	R$ 5.000,00
171	LORAZEPAM 2MG	CPR	5000	R$ 0,97	R$ 4.850,00
172	MALEATO DE LEVOMEPROMAZINA 40MG/ML C/ 20 ML (NEOZINE 4%)	FR	300	R$ 20,03	R$ 6.009,00
173	MALEATO DE LEVOMEPROZAMINA 100MG	CPR	8000	R$ 2,10	R$ 16.800,00
174	MEDROXIPROGESTERONA 150MG/ML AMPOLA	AMP	800	R$ 16,89	R$ 13.512,00
175	METILDOPA 500MG COMP	CPR	8000	R$ 1,52	R$ 12.160,00
176	METOPROLOL 1MG/ML AMPOLA	AMP	400	R$ 29,80	R$ 11.920,00
177	METOPROLOL 25 MG COMP.	CPR	30000	R$ 0,60	R$ 18.000,00
178	METOPROLOL 50 MG COMPRIMIDO	CPR	30000	R$ 1,07	R$ 32.100,00
179	METRONIDAZOL 250 MG COMPRIMIDO	CPR	1000	R$ 0,36	R$ 360,00
180	METRONIDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO	FR	100	R$ 8,10	R$ 810,00
181	METRONIDAZOL 500MG/G GELEIA VAGINAL TUBO	TB	100	R$ 16,48	R$ 1.648,00
182	MICONAZOL 20MG/G GELEIA VAGINAL TUBO	TB	100	R$ 16,17	R$ 1.617,00
183	MIDAZOLAM 5 MG/ML AMPOLA	AMP	100	R$ 10,38	R$ 1.038,00
184	MORFINA 1MG/ML AMPOLA	AMP	200	R$ 11,88	R$ 2.376,00
185	NEBIVOLOL 5MG COMP.	CPR	600	R$ 1,87	R$ 1.122,00
186	NEOMICINA 5MG+ BACITRACINA 250MG TUBO	TB	2000	R$ 3,07	R$ 6.140,00
187	NIMESULIDA 100 MG COMP.	CPR	25000	R$ 0,13	R$ 3.250,00
188	NIMESULIDA 50MG/ML GOTAS	FR	500	R$ 2,66	R$ 1.330,00
189	NIMODIPINO 30 MG COMPRIMIDO	CPR	1000	R$ 0,94	R$ 940,00
190	NISTATINA CREME VAGINAL TUBO DE 60 GR	TB	1000	R$ 13,44	R$ 13.440,00
191	NITRAZEPAM 5MG	CPR	1200	R$ 1,41	R$ 1.692,00
192	NITROFURANTOINA 100 MG COMP.	CPR	4000	R$ 0,63	R$ 2.520,00
193	NOREPINEFRINA 2MG/ML AMPOLA	AMP	400	R$ 3,85	R$ 1.540,00
194	NORETISTERONA 50MG/G + ESTRADIOL 5MG/G AMPOLA	AMP	400	R$ 20,44	R$ 8.176,00
195	NORFLOXACINO 400 MG COMPRIMIDO	CPR	3000	R$ 0,79	R$ 2.370,00
196	NORTRIPTILINA 10MG	CPR	6000	R$ 1,78	R$ 10.680,00
197	NORTRIPTILINA 25 MG COMPRIMIDO	CPR	6000	R$ 1,32	R$ 7.920,00
198	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20 MG COMP.	CPR	20000	R$ 1,24	R$ 24.800,00
199	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40 MG COMPRIMIDO	CPR	20000	R$ 1,68	R$ 33.600,00
200	OMEPRAZOL 20 MG COMP	CPR	100000	R$ 0,10	R$ 10.000,00
201	PARACETAMOL 200MG/ML FRASCO	FR	500	R$ 2,27	R$ 1.135,00
202	PARACETAMOL 500MG COMPRIMIDO.	CPR	10000	R$ 0,24	R$ 2.400,00
203	PARACETAMOL 500MG+ CODEINA 30 MG	CPR	15000	R$ 1,29	R$ 19.350,00
204	PARACETAMOL 750 MG COMP.	CPR	10000	R$ 0,22	R$ 2.200,00
205	PAROXETINA 20 MG COMPRIMIDO.	CPR	35000	R$ 1,20	R$ 42.000,00
206	POLISSULFATO DE MUCOPOLISSACARÍDEO 5MG/G TUBO C/ 40G	TB	300	R$ 29,91	R$ 8.973,00
207	POLIVITAMINICO DO COMPLEXO B	CPR	15000	R$ 0,08	R$ 1.200,00

208	POLIVITAMINICO DO COMPLEXO B GOTAS FRASCO	FR	300	R$ 17,20	R$ 5.160,00
209	PREDNISOLONA 3MG/ML	FR	1200	R$ 8,83	R$ 10.596,00
210	PREDNISONA 20 MG COMP.	CPR	15000	R$ 0,46	R$ 6.900,00
211	PREDNISONA 5MG COMP.	CPR	5000	R$ 0,13	R$ 650,00
212	PREGABALINA 75 MG COMPRIMIDO	CPR	50000	R$ 1,47	R$ 73.500,00
213	PROGESTERONA 200 MG COMPRMIDO.	CPR	4000	R$ 6,21	R$ 24.840,00
214	PROPANOLOL 40 MG COMP	CPR	10000	R$ 0,08	R$ 800,00
215	RAMIPRIL 5MG COMPRIMIDO	CPR	5000	R$ 2,01	R$ 10.050,00
216	RETINOL + COLECALCIFEROL + ÓXIDO DE ZINCO 150MG TUBO C/ 45G	TB	300	R$ 4,55	R$ 1.365,00
217	RIVAROXABANA 10MG	CPR	20000	R$ 1,30	R$ 26.000,00
218	SACARATO DE HIDROXIDO FERRICO 20MG/ML	AMP	1000	R$ 12,99	R$ 12.990,00
219	SÁF-GEL 85 GRAMAS	TB	200	R$ 58,54	R$ 11.708,00
220	SAIS DE REIDRATAÇÃO ORAL SACHE 27,9G	UN	1000	R$ 2,01	R$ 2.010,00
221	SECNIDAZOL 1G COMP.	CPR	800	R$ 5,33	R$ 4.264,00
222	SERTRALINA 50MG COMPRIMIDO	CPR	50000	R$ 0,24	R$ 12.000,00
223	SIMETICONA 40 MG COMPRIMIDO	CPR	5000	R$ 0,21	R$ 1.050,00
224	SIMETICONA 75MG/ML FRASCO	FR	1000	R$ 1,92	R$ 1.920,00
225	SOLUÇÃO ORAL 50.000UI/ML (VIT.A) + 10.000UI/ML (VIT. D) FRASCO 10 ML (AD-TIL)	FR	600	R$ 27,19	R$ 16.314,00
226	SULFADIAZINA DE PRATA 1% POTE 400 GRAMAS	PT	300	R$ 44,58	R$ 13.374,00
227	SULFADIAZINA DE PRATA 500 MG COMP.	CPR	1000	R$ 2,17	R$ 2.170,00
228	SULFAMETOXAZOL 200 MG/ML + TRIMETROPINA 40MG/ML FRASCO	FR	100	R$ 6,01	R$ 601,00
229	SULFAMETOXAZOL 800 MG +TRIMETROPINA 160MG COMPRIMIDO	CPR	4000	R$ 0,49	R$ 1.960,00
230	SULFATO DE MAGNESIO 10% AMPOLA	AMP	500	R$ 2,53	R$ 1.265,00
231	SULFATO FERROSO 125MG/ML GOTAS	FR	500	R$ 11,54	R$ 5.770,00
232	SULFATO FERROSO 300 MG COMP.	CPR	10000	R$ 0,43	R$ 4.300,00
233	SUXAMETONIO 100MG PO INJ IV/IM	AMP	30	R$ 23,61	R$ 708,30
234	TEICOPLANINA 400MG AMPOLA	AMP	200	R$ 225,49	R$ 45.098,00
235	TERBUTALINA 0,5 MG/ML	AMP	600	R$ 2,49	R$ 1.494,00
236	TIAMINA 300 MG COMP.	CPR	5000	R$ 0,44	R$ 2.200,00
237	TOBRAMICINA 3MG/ML (COLIRIO)	FR	400	R$ 15,65	R$ 6.260,00
238	TOPIRAMATO 50 MG COMPRIMIDO.	CPR	20000	R$ 1,14	R$ 22.800,00
239	VALPROATO DE SODIO 250MG/5ML 100ML XAROPE	FR	500	R$ 16,34	R$ 8.170,00
240	VARFARINA 5MG COMP	CPR	15000	R$ 0,26	R$ 3.900,00
241	VENLAFAXINA 75 MG COMPRIMIDO.	CPR	45000	R$ 1,37	R$ 61.650,00
				Valor Total	**R$ 2.291.065,30**

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2.021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

3.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2.021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

4.1. O prazo de entrega dos medicamentos é de **07 (sete) dias úteis**, contados da emissão da autorização de compra, conforme quantitativo solicitado, em remessa única.

4.2. Os medicamentos deverão ser entregues de acordo com os quantitativos e no local especificado na autorização de compra. Cada item deve ser conferido para assegurar que as quantidades correspondem exatamente ao que foi solicitado. Além disso, o local de entrega estará mencionado na autorização, garantindo que os produtos sejam encaminhados corretamente. Qualquer discrepância entre os itens entregues, as quantidades e o local designado deverá ser comunicada imediatamente ao responsável pela compra para que as devidas correções sejam realizadas.

4.3. Os medicamentos deverão atender rigorosamente a todas as especificações estabelecidas no subitem 1.1 deste Termo de Referência. Isso inclui conformidade com os critérios de composição química, dosagem, forma farmacêutica, condições de armazenamento, validade, embalagem, rotulagem, e quaisquer outras exigências técnicas e regulatórias detalhadas no referido subitem. A verificação da conformidade será realizada com base nos parâmetros definidos, assegurando que todas as exigências sejam plenamente satisfeitas antes da aceitação final dos medicamentos. Qualquer desvio em relação às descrições estabelecidas poderá resultar na rejeição dos produtos e na necessidade de reposição conforme os critérios estipulados.

4.4. Os valores de logística, incluindo transporte, manuseio e quaisquer outras despesas relacionadas, estão inclusos nos preços unitários dos itens fornecidos. **Assim, fica vedada a cobrança de qualquer valor adicional referente à logística**. A empresa fornecedora deve assegurar que todos os custos logísticos sejam absorvidos nos valores ofertados para os medicamentos, garantindo a integridade financeira do contrato e a previsibilidade dos gastos públicos.

4.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **03 (três) dias de antecedência** para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.6. Os medicamentos deverão ser entregues no seguinte endereço: **Rua Aurélio Parizi, n.º 292, Centro, em Parisi/SP, CEP 15.525-037**;

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2.021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

5.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2.021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

5.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto n.º 11.246, de 2.022, art. 22, VI);

5.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n.º 14.133, de 2.021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2.022, art. 22, II);

5.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto n.º 11.246, de 2.022, art. 22, III);

5.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto n.º 11.246, de 2.022, art. 22, IV).

5.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto n.º 11.246, de 2.022, art. 22, V).

5.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto n.º 11.246, de 2.022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

5.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto n.º 11.246, de 2.022).

5.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto n.º 11.246, de 2.022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

5.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto n.º 11.246, de 2.022, art. 21, IV).

5.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto n.º 11.246, de 2.022, art. 21, II).

5.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto n.º 11.246, de 2.022, art. 21, III).

5.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto n.º 11.246, de 2.022, art. 21, VIII).

5.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da

Lei n.º 14.133, de 2.021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto n.º 11.246, de 2.022, art. 21, X).

5.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto n.º 11.246, de 2.022, art. 21, VI).

5.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **02 (dois) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2.021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **03 (três) dias úteis**.

6.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2.021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

6.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77/2.022.

6.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2.021.

6.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.10.1. o prazo de validade;

6.10.2. a data da emissão;

6.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

6.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

6.10.5. o valor a pagar; e

6.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2.021.

6.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2.018).

6.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

6.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77, de 2.022.

6.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

6.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2.006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

6.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME n.º 53, de 8 de Julho de 2.020, conforme as regras deste presente tópico.

6.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

6.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei n.º 8.429, de 1.992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2.020.

6.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 53, DE 8 DE JULHO DE 2.020 e Anexos)

6.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** por **ITEM**.

Forma de fornecimento

7.2. O fornecimento do objeto será parcelado e continuado.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado total da contratação é de **R$ 2.291.065,30 (Dois milhões, duzentos e noventa e um mil, sessenta e cinco reais e trinta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela do subitem 1.1. deste termo de referência.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Ficha
02.05.00	10.301.0010.2007.0000	3.3.90.30.00	01	**96**
02.05.00	10.301.0010.2007.0000	3.3.90.30.00	01	**97**
02.05.00	10.301.0010.2007.0000	3.3.90.30.00	02	**98**
02.05.00	10.301.0010.2007.0000	3.3.90.30.00	05	**99**
02.05.00	10.301.0010.2007.0000	3.3.90.30.00	05	**100**
02.05.00	10.301.0010.2007.0000	3.3.90.30.00	05	**101**
02.05.00	10.303.0010.2043.0000	3.3.90.30.00	01	**128**
02.05.00	10.303.0010.2043.0000	3.3.90.30.00	05	**129**
02.05.00	10.303.0010.2043.0000	3.3.90.30.00	05	**130**
02.05.00	10.301.0010.2007.0000	3.3.90.30.00	05	**547**

9.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

Parisi/SP, 20 de julho de 2.026.

Marli Donizete da Silva
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO II

MODELO PROPOSTA

Pregão Eletrônico n. ° 12/2.026 – Processo Licitatório n. ° 57/2.026

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos para o município de Parisi/SP.

Razão social/nome:

Item	Descrição	Forma de Apresentação	Quantidade	Valor Unitário
01				**R$**
			Valor Total	**R$**

OBSERVAÇÕES: Declaro, que em nosso preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita entrega dos serviços, inclusive os encargos da legislação trabalhista, previdenciária e do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como todos os custos necessários para atendimento às exigências e determinações do Edital; enfim, tudo o que for necessário para a entrega parcial e ou total dos serviços, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao Município.

Declaramos igualmente, que:

a) Temos pleno conhecimento dos serviços a serem entregues;

b) Recebemos do Município de PARISI/SP todas as informações necessárias a elaboração da nossa proposta;

c) Estamos cientes dos critérios de pagamento especificados no edital, com eles concordamos plenamente;

d) Obrigamo-nos, ainda, caso nos seja adjudicado o objeto, a assinar o contrato/Ata dentro do prazo estabelecido, contada da data de notificação do Município de PARISI/SP bem como atender a todas as condições prévias a sua assinatura, sob pena das sanções cabíveis; declaramos ainda que esta proposta tem o prazo de validade mínima de 60(sessenta) dias.

Local, ... de ... de 2.026.

Assinatura Representante Legal

ANEXO III – DECLARAÇÕES

(Estes anexos são modelos e devem ser feitos em papel timbrado do licitante)

D E C L A R A Ç Ã O

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A [razão social completa da empresa] por intermédio do seu representante ou procurador o[a] senhor[a] ... [nome completo, RG, CPF, do representante], declara ao Município de Parisi/SP, que atende a todas as condições de habilitação no Processo Licitatório n.° 57/2.026, Edital n.º 17/2.026 de Pregão Eletrônico n.° 12/2.026.

Por ser verdade, o signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

Local, ... de ... de 2.026.

_____
Representante legal da empresa
(Assinatura/Nome/RG/CPF)

D E C L A R A Ç Ã O

ACEITE DE INTEIRO TEOR DO EDITAL

A [razão social completa da empresa], CNPJ n.º <<<<<<>>>>>>, sediada [endereço completo da empresa], declara, sob as penas da lei, de que conhece e aceita o teor completo do Edital, ressalvando-se o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações objeto da licitação, Processo n.º 57/2.026, Pregão Eletrônico n.º 12/2.026.

Local, ... de ... de 2.026.

_____
Representante legal da empresa
(Assinatura/Nome/RG/CPF)

D E C L A R A Ç Ã O

INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

A [razão social completa da empresa], CNPJ n.º <<<<<<>>>>>>, sediada [endereço completo da empresa], declaramos para os devidos fins, sob as penalidades cabíveis, em especial para a participação no Pregão Eletrônico n.º 12/2.026, que não existem fatos impeditivos quanto a nossa participação em licitações ou contratações com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

Local, ... de ... de 2.026.

_____
Representante legal da empresa
(Assinatura/Nome/RG/CPF)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO EM COMUNICAR A OCORRÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVOS À HABILITAÇÃO

Eu, [nome completo, RG, CPF, do representante], representante legal da empresa [razão social completa da empresa], interessada em participar do Pregão Eletrônico n.º 12/2.026 – Processo n.º 57/2.026, promovido pela Prefeitura do Município de Parisi/SP, compromete-se, sob as penas da Lei Federal n.º 14.133/2.021 e suas alterações a comunicar a esta municipalidade a ocorrência de qualquer fato superveniente impeditivo à habilitação.

Local, ... de ... de 2.026.

_____
(assinatura)
(nome do representante legal da empresa proponente)

DECLARAÇÃO DE GESTÃO CONTRATUAL

Dados da Empresa	
Razão Social:	
Nome Fantasia:	
CNPJ:	
Endereço:	
Bairro:	
Cidade/UF:	
CEP:	
Fone/Fax:	
E-mail para envio dos pedidos	
E-mail para envio do Contrato	
Dados do responsável para assinatura do Contrato	

Nome:	
RG:	
CPF:	
Cargo:	
Data de Nascimento	
Endereço residencial	
E-mail institucional	
E-mail pessoal	
Telefone Pessoal	
Dados Bancários	
Banco:	
Agência:	
Conta Corrente:	
Chave Pix	

Local, ... de ... de 2.026.

_____
Representante legal da empresa
(Assinatura/Nome/RG/CPF)

DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DE QUADRO SOCIETÁRIO

Pregão Eletrônico n.º 12/2.026.
Processo n.° 57/2.026.

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa da licitação [razão social completa da empresa], CNPJ n.º <<<<<<>>>>>>, sediada [endereço completo da empresa], não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

Local, ... de ... de 2.026.

_____
Nome da Empresa
Representante legal da empresa
(Assinatura/Nome/RG/CPF)

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

Eu, **[nome completo, RG, CPF, do representante]**, representante legal do licitante **[razão social completa da empresa]**, interessado em participar do Pregão Eletrônico n.º 12/2.026, Processo n.° 57/2.026, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo n.º 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;

e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados; IV – no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

Local, ... de ... de 2.026.

_____
(Nome/assinatura do representante legal)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A [razão social completa da empresa], CNPJ n.º ..., com sede na ... [endereço completo da empresa], por intermédio de seu representante legal, o[a] senhor[a] ... [nome completo, RG, CPF, do representante], vem **DECLARAR**:

Para fins em participar do Pregão Eletrônico n.° 12/2.026, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I, art. 3° da Lei Complementar n° 123/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, art. 3° da lei Complementar n° 123/12006.

( ) EQUIPARADA À ME/EPP que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal n° 11.488/2.007.

DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4° do artigo 3° da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

Local, ... de ... de 2.026.

_____
(Nome/assinatura do representante legal)

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um "X", ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante

---

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO COOPERATIVA QUE PREENCHA AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34, DA LEI FEDERAL n.º 11.488/2.007.
(em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM COOPERATIVAS, NOS TERMOS DO ITEM 4.5. DO EDITAL.

A [razão social completa da empresa], CNPJ n.º ..., com sede na ... [endereço completo da empresa], por intermédio de seu representante legal, o[a] senhor[a] ... [nome completo, RG, CPF, do representante], vem **DECLARAR**, sob as penas da Lei, que:

a) O Estatuto Social da cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal n.º 12.690/2.012;

b) A cooperativa aufere Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal n° 123/2006, a ser comprovado mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente;

Local, ... de ... de 2.026.

_____

(Nome/assinatura do representante legal)

DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS DAS PROPOSTAS

A [razão social completa da empresa], CNPJ n.º ..., com sede na ... [endereço completo da empresa], por intermédio de seu representante legal, o[a] senhor[a] ... [nome completo, RG, CPF, do representante], interessado em participar do Pregão Eletrônico n.º 12/2.026, Processo n.° 57/2.026, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento aos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leia trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho, e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

Local, ... de ... de 2.026.

_____
(Nome/assinatura do representante legal)

DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO ART. 7, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A [razão social completa da empresa], CNPJ n.º ..., com sede na ... [endereço completo da empresa], por intermédio de seu representante legal, o[a] senhor[a] ... [nome completo, RG, CPF, do representante], declara a estrita observância ao Princípio Constitucional do art. 7, inciso XXXIII da Carta Magna, não empregando menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos na condição de aprendiz e estou ciente de que eventual revelação da infringência à regra, acarretará a imediata inabilitação ou desclassificação do Pregão Eletrônico n.° 12/2.026, como a rescisão do Contrato Administrativo que venha a firmar com o Município de Parisi/SP.

Local, ... de ... de 2.026.

_____
(Nome/assinatura do representante legal)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS

A [razão social completa da empresa], CNPJ n.º ..., com sede na ... [endereço completo da empresa], por intermédio de seu representante legal, o[a] senhor[a] ... [nome completo, RG, CPF, do representante], declara que cumpre com as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e outras normas específicas e estou ciente de que eventual revelação da infringência à regra, acarretará a imediata inabilitação ou desclassificação do Pregão Eletrônico n.° 12/2.026, como a rescisão do Contrato Administrativo que venha a firmar com o Município de Parisi/SP.

Local, ... de ... de 2.026.

_____
(Nome/assinatura do representante legal)

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO

Processo n.º 57/2.026.
Pregão Eletrônico n.º 12/2.026.

A [razão social completa da empresa], CNPJ n.º ..., com sede na ... [endereço completo da empresa], por intermédio de seu representante legal, o[a] senhor[a] ... [nome completo, RG, CPF, do representante], declara, sob as penas da lei, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

Local, ... de ... de 2.026.

_____
(Nome/assinatura do representante legal)
(Assinatura/Nome/RG/CPF)

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO N. ° XX/2.026.
PREGÃO ELETRÔNICO N. ° 12/2.026.
PROCESSO LICITATÓRIO N. ° 57/2.026.

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARISI/SP E <<<>>>.

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARISI/SP**, CNPJ n.º 59.858.134/0001-90, com sede na Rua Aurélio Parizi, n. º 232, Centro, Parisi/SP, C.E.P. 15.525-000, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, **OCLAIR BARÃO BENTO**, portador do RG n. ° 9.641.139 SSP/SP e do CPF n. ° 889.003.988-49, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa <<<<<<>>>>>>, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º <<<<>>>>, sediada na <<<<<<>>>>>>, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por seu (a) <<<>>>, o (a) sr. (a) **<<<<<<<>>>>>>>**, RG n.º <<<<<>>>>> e CPF n.º <<<<<>>>>>, conforme atos constitutivos da empresa **e** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo n.º 57/2.026 e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2.021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente ***do Pregão Eletrônico n.º 12/2.026***, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos para o município de Parisi/SP**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	ACEBROFILINA 25 MG/5ML XAROPE PEDIÁTRICO 120 ML	FR	800		
2	ACEBROFILINA 50MG/ 5ML XAROPE 120 ML ADULTO	FR	800		
3	ACETATO DE RETINOL (10.000UI/G) AMINOACIDOS (25MG/G) METIONINA (5MG/G) CLORANFENICOL (5MG) POMADADA OFTALMICA C 3,5G	TB	10		
4	ACICLOVIR 200 MG COMPRIMIDO.	CPR	8000		
5	ACICLOVIR 50 MG POMADA	TB	600		
6	ACIDO ACETIL SALICILICO 100 MG COMP.	CPR	40000		
7	ACIDO FÓLICO 5 MG COMP.	CPR	20000		
8	ACIDO TRANEXÂMICO 250 MG COMP.	CPR	2000		
9	ACIDO TRANEXÂMICO 50 MG/ML AMPOLA	AMP	1400		
10	ACIDO VALPROICO 500 MG COMPRIMIDO	CPR	5000		
11	ACIDO VALPRÓICO 250MG	CPR	25000		

12	ACIDO ZOLEDRÔNICO 5 MG E.V. AMPOLA	AMP	10		
13	ADENOSINA 3 MG/ML AMPOLA	AMP	500		
14	ADRENALINA/ EPINEFRINA 1 MG/ML AMPOLA	AMP	1300		
15	ALBENDAZOL 40 MG/ML FRASCO 10 ML	FR	600		
16	ALBENDAZOL 400MG CPR	CPR	2000		
17	ALOPURINOL 100 MG COMPRMIDO.	CPR	15000		
18	ALOPURINOL 300 MG COMPRIMIDO.	CPR	15000		
19	ALPRAZOLAM 0,5 MG COMPRIMIDO.	CPR	8000		
20	ALPRAZOLAM 1 MG COMP.	CPR	10000		
21	AMBROXOL 15MG/5ML PEDIÁTRICO FRASCO 100 ML	FR	800		
22	AMBROXOL 30MG/5ML ADULTO FRASCO 100 ML	FR	800		
23	AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLA	AMP	500		
24	AMIODARONA 200 MG COMP.	CPR	6000		
25	AMIODARONA 50 MG/ML AMPOLA	AMP	600		
26	AMOXICICLINA 250MG/5ML FRASCO	FR	1000		
27	AMOXICILINA 250 MG+CLAVULANATO POTASSIO 62,5 MG/5 ML FRASCO.	UND	1000		
28	AMOXICILINA 500 MG+CLAVULANATO DE POTASSIO 125MG COMP.	CPR	15000		
29	AMOXICILINA 500MG COMPRIMIDO	CPR	10000		
30	ANESTÉSICO CLORIDRATO DE TETRACAINA 1%+FENILEFRINA 0,1% FRASCO C/10 ML	FR	10		
31	ATENOLOL 50MG COMPRIMIDO	CPR	25000		
32	ATROPINA 0,25MG/ML AMPOLA	AMP	500		
33	AZITROMICINA 500 MG COMP.	CPR	20000		
34	AZITROMICINA DI-HIDRATADA LIQUIDA 200MG/15ML	FR	1000		
35	BENZILPINICILINA BENZATINA 1.200.000 UI AMPOLA	AMP	700		
36	BESILATO DE ANLODIPINO 05 MG COMPRIMIDO.	CPR	40000		
37	BESILATO DE ANLODIPINO 10MG COMPRIMIDO.	CPR	20000		
38	BETAISTINA 16 MG COMP.	CPR	10000		
39	BETAISTINA 24 MG COMP.	CPR	15000		
40	BISACODIL 5MG COMPRIMIDO	CPR	3000		
41	BROMAZEPAM 3 MG COMPRIMIDO.	CPR	10000		
42	BROMAZEPAM 6 MG COMPRIMIDO.	CPR	6000		
43	BROMETO DE IPATROPIO SOL. P/INALAÇÃO 20 ML	FR	120		
44	BROMOPRIDA 10 MG COMP.	CPR	20000		
45	BROMOPRIDA 10MG/ML AMPOLA	AMP	3000		
46	BROMOPRIDA 4MG/ML FRASCO	FR	600		
47	BUPROPIONA 150 MG COMPRIMIDO.	CPR	25000		

48	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10 MG + DIPIRONA 250 MG COMP.	CPR	15000		
49	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10 MG COMP.	CPR	10000		
50	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG FRASCO	FR	600		
51	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG/ML AMPOLA	AMP	600		
52	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG/5ML + DIPIRONA 250MG/5ML AMPOLA	AMP	2000		
53	CAPTOPRIL 50MG COMPRIMIDO	CPR	8000		
54	CARBAMAZEPINA 200MG COMPR.	CPR	15000		
55	CARBAMAZEPINA LÍQUIDA 20MG/ML C/ 100ML	FR	100		
56	CARBIDOPA 200 MG + BEZERAZIDA 50 MG COMP.	CPR	2000		
57	CARBIDOPA 25MG+ LEVODOPA 250 MG COMP	CPR	1000		
58	CARBONATO DE CALCIO (CALCIO ELEMENTAR 500 MG) COMP.	CPR	30000		
59	CARBONATO DE LÍTIO COMP 300 MG COMPRIMIDO	CPR	15000		
60	CARVEDILOL 12,5 MG COMPRIMIDO.	CPR	20000		
61	CARVEDILOL 25MG COMP.	CPR	20000		
62	CARVEDILOL 3,125 MG COMP.	CPR	6000		
63	CARVEDILOL 6,25 MG COMP.	CPR	10000		
64	CEFALEXINA 250MG/5ML FRASCO	FR	800		
65	CEFALEXINA 500 MG COMPRIMIDO.	CPR	20000		
66	CEFTRIAXONA 1G USO ENDOVENOSO AMPOLA	AMP	4000		
67	CEFTRIAXONA 1G USO INTRAMUSCULAR AMPOLA	AMP	4000		
68	CETOCONAZOL 20 MG POMADA TUBO C/30G	TB	600		
69	CETOCONAZOL 200 MG COMPRIMIDO	CPR	1000		
70	CETOPROFENO 100 MG COMP.	CPR	12000		
71	CETOPROFENO 100MG/ML USO E.V. AMPOLA	AMP	3000		
72	CETOPROFENO 20MG/ML SOL. ORAL FR GTS 20ML	UN	1000		
73	CETOPROFENO 50MG/ML USO I.M. AMPOLA	AMP	3000		
74	CICLOBENZAPRINA 5MG	CPR	30000		
75	CILOSTAZOL 100 MG COMP.	CPR	5000		
76	CIMETIDINA 150MG/ML	AMP	2000		
77	CIPROFLOXACINO 500 MG COMP	CPR	20000		
78	CITALOPRAM 20 MG COMPRIMIDO.	CPR	18000		
79	CITRATO DE FENTANILA 50MCG/ML I.V/I.M	AMP	100		
80	CLARITROMICINA 500MG COMPRIMIDO	CPR	6000		
81	CLINDAMICINA 300 MG COMPRIMIDO	CPR	8000		
82	CLONAZEPAM 2 MG COMPRIMIDO	UN	50000		
83	CLOPIDOGREL 75MG COMPRIMIDO	CPR	6000		

84	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1 % AMPOLA C/10 ML	AMP	300		
85	CLORETO DE SODIO 20% AMPOLA C/10 ML	CPR	300		
86	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25MG COMPRIMIDO	CPR	40000		
87	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2 MG COMPRIMIDO	CPR	10000		
88	CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA 25MG COMPRIMIDO	CPR	10000		
89	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100MG COMPRIMIDO	CPR	10000		
90	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 25MG COMPRIMIDO	CPR	3000		
91	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 5MG/ML AMPOLA	AMP	100		
92	CLORIDRATO DE IMIPRAMINA 25MG COMPRIMIDO	CPR	15000		
93	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% S/ VASO CONSTRITOR 20ML	FR	300		
94	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% C/VASO CONSTRITOR (EPINEFRINA) 20ML	FR	200		
95	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% POMADA 30G	TB	400		
96	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 10MG	CPR	15000		
97	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 4 MG/ML FRASCO	FR	200		
98	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMINA 10 MG AMPOLA	AMP	1000		
99	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMINA 10 MG COMP.	CPR	2000		
100	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 2 MG/ML	AMP	4000		
101	CLORIDRATO DE OXIBUTININA 5MG COMPRIMIDO	CPR	4000		
102	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG COMPRIMIDO	CPR	15000		
103	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 50MG /2ML AMPOLA	AMP	400		
104	CLORIDRATO DE TETRACAÍNA 1%, CLORIDRATO DE FENILEFRINA 0,1% SOLUÇÃO OFTALMICA ESTÉRIL FRASCO C/10 ML (ANESTÉSICO)	FR	10		
105	CLORIDRATO DE TRAMADOL 100MG/2ML AMPOLA	AMP	2000		
106	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG COMPRIMIDO	CPR	20000		
107	COBALAMINA CRONOATIVA (VITAMINA B12) AMPOLA	AMP	1000		
108	COLAGENASE + CLORANFENICOL POMADA TUBO 30G	TB	600		
109	COLECALCIFEROL 2000 UI COMP	CPR	15000		
110	DEXAMETASONA 10MG COMP	CPR	6000		
111	DEXAMETASONA 10MG/ML AMPOLA	AMP	5000		
112	DEXAMETASONA 1MG POMADA TUBO 10 G	TB	1200		

113	DEXCLORFENIRAMINA 2 MG COMPRIMIDO	CPR	8000		
114	DEXCLORFENIRAMINA 2 MG XAROPE FRASCO	FR	800		
115	DIAZEPAM 10 MG COMPRIMIDO	CPR	15000		
116	DIAZEPAM 5MG/ML AMPOLA	AMP	400		
117	DICLOFENACO SÓDICO GEL 11,6MG TUBO 50G	UND	500		
118	DIMENIDRATO 30MG/ML+CLORIDRATO PIRIDOXINA5MG/ML+GLICOSE 100MG/ML E.V. AMPOLA	AMP	4000		
119	DIOSMINA 450 MG+ HESPIRIDINA 50 MG COMP.	CPR	100000		
120	DIPIRONA 500 MG COMPRIMIDO	CPR	60000		
121	DIPIRONA 500 MG GOTAS	FR	10000		
122	DIPIRONA 500MG/ML AMPOLA	AMP	4000		
123	DOMPERIDONA 10MG COMP.	CPR	55000		
124	DOMPERIDONA 1MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO	FR	400		
125	DOPAMINA 5 MG/ML.AMP.10ML	AMP	400		
126	ECASIL 81MCG COMPRIMIDO	CPR	15000		
127	ENALAPRIL 20 MG COMPIRMIDO	CPR	55000		
128	ENALAPRIL 5 MG COMPRIMIDO	CPR	6000		
129	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG/0,4 ML AMPOLA USO SUBCUTANEO/INTRAVENOSO	UND	7000		
130	ESCITALOPRAM 10MG COMPR.	CPR	60000		
131	ESPIRONOLACTONA 25MG COMP	CPR	30000		
132	ETOMIDATO 2MG/ML AMPOLA	AMP	100		
133	FENITOINA 50MG /ML INJETÁVEL AMPOLA	AMP	200		
134	FENITOINA 100MG COMPRIMIDO	CPR	8000		
135	FENOBARBITAL 100MG COMPRIMIDO	CPR	5000		
136	FENOBARBITAL 100MG/2ML AMPOLA	AMP	200		
137	FITOMENADIONA 10 MG/ML	AMP	400		
138	FLEET ENEMA 130 ML	FR	500		
139	FLUCONAZOL 150 MG COMP.	CPR	2000		
140	FLUMAZENIL 0,1MG/ML AMPOLA	AMP	400		
141	FLUNARIZINA 10MG	CPR	15000		
142	FLUOXETINA 20 MG COMPRIMIDO	CPR	20000		
143	FRUTOSE + VITAMINAS 10 ML AMPOLA	AMP	4000		
144	FUROSEMIDA 10MG AMPOLA	AMP	700		
145	FUROSEMIDA 40 MG COMPRIMIDO	CPR	20000		
146	GENTAMICINA 80 MG AMPOLA	AMP	1500		
147	GLICAZIDA 30MG COMPRIMIDO	CPR	60000		
148	GLICONATO DE CALCIO 10%	AMP	60		
149	HALOPERIDOL 5 MG COMPRIMIDO	CPR	6000		
150	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA	AMP	150		

151	HALOPERIDOL DECANOATO 72,5MG/ML AMPOLA	AMP	200		
152	HIDROCORTIZONA 100MG/ML AMPOLA	AMP	3000		
153	HIDROCORTIZONA 500MG/ML AMPOLA	AMP	3000		
154	HIDROXIDO DE ALUMINIO SUSP.	FR	800		
155	IBUPROFENO 100MG/ML FRASCO	FR	5000		
156	IBUPROFENO 300 MG COMPRIMIDO	CPR	15000		
157	IBUPROFENO 600 MG COMP	CPR	15000		
158	ISOSSORBIDA 20 MG COMPRIMIDO	CPR	10000		
159	ISOSSORBIDA 5 MG COMP. SUBLINGUAL	CPR	300		
160	ITRACONAZOL 100MG	CPR	1000		
161	IVERMECTINA 6MG COMPRIMIDO	CPR	1000		
162	LEVODOPA 200MG + BENSERAZIDA 50MG (PROLOPA) COMP	CPR	3000		
163	LEVOTIROXINA 100 MCG COMP	CPR	15000		
164	LEVOTIROXINA 150 MCG COMP	CPR	4000		
165	LEVOTIROXINA 25 MCG COMP	CPR	20000		
166	LEVOTIROXINA 50 MCG COMP	CPR	20000		
167	LEVOTIROXINA 75 MCG COMP	CPR	20000		
168	LEVOTIROXINA 88 MCG COMP	CPR	10000		
169	LORATADINA 1 MG/ML FRASCO	FR	3000		
170	LORATADINA 10MG COMP.	CPR	25000		
171	LORAZEPAM 2MG	CPR	5000		
172	MALEATO DE LEVOMEPROMAZINA 40MG/ML C/ 20 ML (NEOZINE 4%)	FR	300		
173	MALEATO DE LEVOMEPROZAMINA 100MG	CPR	8000		
174	MEDROXIPROGESTERONA 150MG/ML AMPOLA	AMP	800		
175	METILDOPA 500MG COMP	CPR	8000		
176	METOPROLOL 1MG/ML AMPOLA	AMP	400		
177	METOPROLOL 25 MG COMP.	CPR	30000		
178	METOPROLOL 50 MG COMPRIMIDO	CPR	30000		
179	METRONIDAZOL 250 MG COMPRIMIDO	CPR	1000		
180	METRONIDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO	FR	100		
181	METRONIDAZOL 500MG/G GELEIA VAGINAL TUBO	TB	100		
182	MICONAZOL 20MG/G GELEIA VAGINAL TUBO	TB	100		
183	MIDAZOLAM 5 MG/ML AMPOLA	AMP	100		
184	MORFINA 1MG/ML AMPOLA	AMP	200		
185	NEBIVOLOL 5MG COMP.	CPR	600		
186	NEOMICINA 5MG+ BACITRACINA 250MG TUBO	TB	2000		
187	NIMESULIDA 100 MG COMP.	CPR	25000		
188	NIMESULIDA 50MG/ML GOTAS	FR	500		
189	NIMODIPINO 30 MG COMPRIMIDO	CPR	1000		

190	NISTATINA CREME VAGINAL TUBO DE 60 GR	TB	1000		
191	NITRAZEPAM 5MG	CPR	1200		
192	NITROFURANTOINA 100 MG COMP.	CPR	4000		
193	NOREPINEFRINA 2MG/ML AMPOLA	AMP	400		
194	NORETISTERONA 50MG/G + ESTRADIOL 5MG/G AMPOLA	AMP	400		
195	NORFLOXACINO 400 MG COMPRIMIDO	CPR	3000		
196	NORTRIPTILINA 10MG	CPR	6000		
197	NORTRIPTILINA 25 MG COMPRIMIDO	CPR	6000		
198	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20 MG COMP.	CPR	20000		
199	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40 MG COMPRIMIDO	CPR	20000		
200	OMEPRAZOL 20 MG COMP	CPR	100000		
201	PARACETAMOL 200MG/ML FRASCO	FR	500		
202	PARACETAMOL 500MG COMPRIMIDO.	CPR	10000		
203	PARACETAMOL 500MG+ CODEINA 30 MG	CPR	15000		
204	PARACETAMOL 750 MG COMP.	CPR	10000		
205	PAROXETINA 20 MG COMPRIMIDO.	CPR	35000		
206	POLISSULFATO DE MUCOPOLISSACARÍDEO 5MG/G TUBO C/ 40G	TB	300		
207	POLIVITAMINICO DO COMPLEXO B	CPR	15000		
208	POLIVITAMINICO DO COMPLEXO B GOTAS FRASCO	FR	300		
209	PREDNISOLONA 3MG/ML	FR	1200		
210	PREDNISONA 20 MG COMP.	CPR	15000		
211	PREDNISONA 5MG COMP.	CPR	5000		
212	PREGABALINA 75 MG COMPRIMIDO	CPR	50000		
213	PROGESTERONA 200 MG COMPRMIDO.	CPR	4000		
214	PROPANOLOL 40 MG COMP	CPR	10000		
215	RAMIPRIL 5MG COMPRIMIDO	CPR	5000		
216	RETINOL + COLECALCIFEROL + ÓXIDO DE ZINCO 150MG TUBO C/ 45G	TB	300		
217	RIVAROXABANA 10MG	CPR	20000		
218	SACARATO DE HIDROXIDO FERRICO 20MG/ML	AMP	1000		
219	SÁF-GEL 85 GRAMAS	TB	200		
220	SAIS DE REIDRATAÇÃO ORAL SACHE 27,9G	UN	1000		
221	SECNIDAZOL 1G COMP.	CPR	800		
222	SERTRALINA 50MG COMPRIMIDO	CPR	50000		
223	SIMETICONA 40 MG COMPRIMIDO	CPR	5000		
224	SIMETICONA 75MG/ML FRASCO	FR	1000		
225	SOLUÇÃO ORAL 50.000UI/ML(VIT.A)+10.000UI/ML (VIT. D) FRASCO 10 ML (AD-TIL)	FR	600		
226	SULFADIAZINA DE PRATA 1% POTE 400 GRAMAS	PT	300		

227	SULFADIAZINA DE PRATA 500 MG COMP.	CPR	1000		
228	SULFAMETOXAZOL 200 MG/ML + TRIMETROPINA 40MG/ML FRASCO	FR	100		
229	SULFAMETOXAZOL 800 MG +TRIMETROPINA 160MG COMPRIMIDO	CPR	4000		
230	SULFATO DE MAGNESIO 10% AMPOLA	AMP	500		
231	SULFATO FERROSO 125MG/ML GOTAS	FR	500		
232	SULFATO FERROSO 300 MG COMP.	CPR	10000		
233	SUXAMETONIO 100MG PO INJ IV/IM	AMP	30		
234	TEICOPLANINA 400MG AMPOLA	AMP	200		
235	TERBUTALINA 0,5 MG/ML	AMP	600		
236	TIAMINA 300 MG COMP.	CPR	5000		
237	TOBRAMICINA 3MG/ML (COLIRIO)	FR	400		
238	TOPIRAMATO 50 MG COMPRIMIDO.	CPR	20000		
239	VALPROATO DE SODIO 250MG/5ML 100ML XAROPE	FR	500		
240	VARFARINA 5MG COMP	CPR	15000		
241	VENLAFAXINA 75 MG COMPRIMIDO.	CPR	45000		
				Valor Total	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de **R$..... (.....)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ *(DD/MM/AAAA)*.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão Departamento Jurídico para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1.990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2.021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2.021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2.021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2.021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. *Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*

9.19. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

9.20. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*

9.21. *Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*

9.22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
2. Compensatória, para as demais infrações descritas de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei n.º 14.133, de 2.021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n.º 14.133, de 2.021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n.º 14.133, de 2.021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30 (trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2.021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133, de 2.021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2.013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei n.º 14.133, de 2.021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei n.º 14.133, de 2.021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26, de 13 de abril de 2.022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

12.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

12.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:*

a) *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

b) *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Ficha
02.05.00	10.301.0010.2007.0000	3.3.90.30.00	01	**96**
02.05.00	10.301.0010.2007.0000	3.3.90.30.00	01	**97**
02.05.00	10.301.0010.2007.0000	3.3.90.30.00	02	**98**
02.05.00	10.301.0010.2007.0000	3.3.90.30.00	05	**99**
02.05.00	10.301.0010.2007.0000	3.3.90.30.00	05	**100**
02.05.00	10.301.0010.2007.0000	3.3.90.30.00	05	**101**
02.05.00	10.303.0010.2043.0000	3.3.90.30.00	01	**128**
02.05.00	10.303.0010.2043.0000	3.3.90.30.00	05	**129**
02.05.00	10.303.0010.2043.0000	3.3.90.30.00	05	**130**
02.05.00	10.301.0010.2007.0000	3.3.90.30.00	05	**547**

13.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2.021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Votuporanga/SP, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Parisi/SP, [dia] de [mês] de 2.026.

Oclair Barão Bento Contratante	Detentora do Contrato Contratado
Testemunha	*Testemunha*

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: Município de Parisi/SP

CONTRATADO: DETENTORA DO CONTRATO

CONTRATO Nº: XX/2.026

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos para o município de Parisi/SP.

ADVOGADO: Éberton Guimarães Dias – OAB/SP 312.829

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos à análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela CONTRATANTE e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções n.º 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Parisi/SP, <> de <<>> de 2.026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Oclair Barão Bento

Cargo: Prefeito

CPF: 889.003.988-49

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Oclair Barão Bento

Cargo: Prefeito

CPF: 889.003.988-49

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Nome: Oclair Barão Bento

Cargo: Prefeito

RG nº 9.641.139 SSP/SP e do CPF nº 889.003.988-49

Endereço residencial completo: Rua Dr Fernando Costa, n.º 76, Centro, Parisi/SP, CEP 15.525-000.

E-mail institucional: prefeitura@parisi.sp.gov.br

E-mail pessoal: prefeitura@parisi.sp.gov.br

Telefone (s): (17) 3839-1163

Assinatura: _____

PELA CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Oclair Barão Bento

Cargo: Prefeito

CPF: 889.003.988-49

Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: Marli Donizete da Silva

Cargo: Secretária Municipal de Saúde

CPF: 121.546.848-23

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome:_____

Cargo:_____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

Declaração de documentos à disposição do tribunal

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Parisi

CNPJ Nº: 59.858.134/0001-90

CONTRATADA: DETENTORA DO CONTRATO

CNPJ Nº:

CONTRATO N°: XX/2.026

DATA DA ASSINATURA: Parisi/SP, <> de <<>> de 2.026.

VIGÊNCIA: <> de <<>> de 2.026 à <> de <<>> de 2.027.

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos para o município de Parisi/SP.

VALOR (R$): ..... (.....).

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Parisi/SP, <> de <<>> de 2.026.

OCLAIR BARÃO BENTO
PREFEITO MUNICIPAL